



GT 058. Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Claudia Mura (UFAL) - Coordenador/a, Edviges Marta Ioris (Universidade Federal de Santa Catarina) - Coordenador/a, Estêvão Martins Palitot (Departamento de Ciências Sociais UFPB) - Debatedor/a, Alexandra Barbosa da Silva (UFPB) - Debatedor/a, José Mauricio Paiva Andion Arruti (UNICAMP) - Debatedor/a

Com objetivo de dar continuidade ao debate iniciado na última RBA, este GT pretende reunir pesquisas etnográficas que focam os processos identitários étnicos e territoriais, com especial atenção às dinâmicas da organização social do conhecimento que os acompanham. Procura-se alimentar o espaço de diálogo e análise sobre o gerenciamento, distribuição e hierarquização do conhecimento em diferentes contextos experienciais (históricos e políticos) que definem específicas relações de poder e de modos de significação e elaboração étnica. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada nos desdobramentos analíticos de Barth para uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer as formas como a diferenciação, a alteridade, é gerada e reproduzida através de constantes fluxos culturais. Serão valiosas as contribuições provenientes de investimentos empíricos que abordam os processos de mudança (sociais, políticos e econômicas), as elaborações de cosmologias e manifestações simbólicas, bem como os quadros morais que orientam as experiências individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das relações intra e interétnicas. Também bemvindas são as contribuições que abordam as unidades sociopolíticas em diferentes escalas, como famílias e/ou linhagens, e que analisam a forma como as alianças se efetivam no tempo e espaço -extravasando ou não o nível étnico-, assim como as variações na elaboração e sistematização dos fluxos culturais.

‘Lá se vive como aqui’: Reflexões sobre a construção de fronteiras sociais e identidades étnicas de comunidades quilombolas no contexto regional do Baixo Amazonas, Santarém-PA

Autoria: Diego Pérez Ojeda del Arco

A partir da constituição brasileira de 1988, que em seu artigo nº 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT outorga direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando as suas terras, vários grupos sociais começaram a orientar as suas ações para acionar dito artigo constitucional, dando início aos seus respectivos processos de auto-reconhecimento, reafirmando dessa maneira suas identidades étnicas como comunidades quilombolas. No município de Santarém, localizado na região do Baixo Amazonas, no Oeste do estado do Pará, foi criada a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém-FOQS no ano de 2006, ao redor da qual passaram a se organizar as associações das comunidades quilombolas do referido município. Vale assinalar que a grande maioria das comunidades do Baixo Amazonas não acionou nenhuma identidade étnica, por mais do que nestas, segundo nos disseram em várias das comunidades quilombolas visitadas, ‘se vive da mesma forma do que aqui’, se fazendo referência a uma semelhança na realização de atividades socioeconômicas relacionadas à agropecuária, a pesca, assim como também a outras manifestações culturais, como a participação em campeonatos de futebol intercomunitários, festas de santo, casamentos intercomunitários, etc. Dessa forma, a pesquisa etnográfica levada a cabo permitiu evidenciar, em primeiro lugar, que a identidade étnica das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, a mesma que se torna evidente em contextos de interação, é frequentemente construída a partir da noção de uma origem comum compartilhada que toma como referência distintos processos



históricos presentes na memória social. Em segundo lugar, que se bem as comunidades quilombolas comunicam de forma comparativa as suas noções de diferença cultural com as comunidades ?ribeirinhas? vizinhas que não se definem a partir da mesma origem comum, o fazem também frente ao Estado, mas neste caso como estratégia de manutenção da sua identidade cultural e modos de vida próprios. E isto devido principalmente ao fato de que, como pode-se desprender das observações efetuadas em campo, existem diferenças étnicas com relação às comunidades ?ribeirinhas? da região sem que isso implique em diferenças culturais significativas entre ditas comunidades, se tendo assim ?uma distribuição insignificante de rasgos objetivos?. Finalmente, levando em conta essa ?pouca contrastividade cultural?, se pretende contribuir nos debates que tratam sobre o cumprimento dos direitos das comunidades ?ribeirinhas? e das demais populações tradicionais em geral, os quais vem sendo negligenciados, por exemplo, na atual discussão sobre se é que a estas comunidades lhes seria aplicável ou não o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada contemplada na Convenção nº169 da OIT.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

